

Alfabetização de jovens e adultos: desafios do século 21*

Celso de Rui Beisiegel

Palavras-chave: educação popular; educação de jovens e adultos; política e educação.

Resumo

Expõe as orientações de uma pesquisa sobre educação popular no Brasil. A educação popular, nessa pesquisa, é examinada sob a perspectiva das orientações e dos objetivos das instituições e dos grupos que se propõem a desenvolvê-la junto às massas iletradas. A investigação apontaria para instituições ou setores da coletividade mais ou menos diretamente identificados com um projeto de construção da sociedade no futuro. A educação popular, assim entendida, seria sempre instrumental e estaria comprometida com a formação de agentes de construção de um determinado projeto de sociedade. Sob essa perspectiva, examinam-se, sucintamente, a Campanha Nacional de Alfabetização de Cuba, de 1961, e a educação popular promovida pelo Movimento de Cultura Popular (MCP) do Recife, a partir de 1962. Finalmente, apontam-se as orientações da pesquisa para os movimentos de educação popular empreendidos no Brasil após a Constituição de 1988.

É nessa obra de educação popular, nos pátios de seus colégios ou nas aldeias da catequese, que os jesuítas assentaram os fundamentos do seu sistema de ensino, e se têm, pois, de procurar o sentido profundo da missão da Companhia, cujo papel na história dos progressos do cristianismo e da instrução no Brasil tinha que ser, em mais de dois séculos, tão principal e, incontestavelmente, superior ao das outras ordens religiosas. Mas, apresentados os fatos à sua verdadeira luz, a obra de catequese e a do ensino elementar, nas escolas de ler e escrever, ultrapassam, nos seus efeitos,

os fins imediatos que visavam os jesuítas. Atraindo os meninos índios às suas casas ou indo-lhes ao encontro nas aldeias; associando, na mesma comunidade escolar, filhos de nativos e de reinóis – brancos, índios e mestiços, e procurando na educação dos filhos, conquistar e reeducar os pais, os jesuítas não estavam servindo apenas à obra de catequese, mas lançavam as bases da educação popular e, espalhando nas novas gerações a mesma fé, a mesma língua e os mesmos costumes, começavam a forjar, na unidade espiritual, a unidade política de uma nova pátria.

FERNANDO DE AZEVEDO

* Trabalho apresentado no Seminário Internacional de Alfabetização de Adultos: Experiências Ibero-Americanas – Unesco/MEC/OEI/Sesi.

Educação popular

Aproveito esta comunicação para submeter ao debate algumas orientações da pesquisa que venho realizando sobre a educação popular no Brasil.

Aprofundando o argumento para torná-lo mais claro e, por isso mesmo, mais questionável, afirmo que a educação popular – e, no caso específico desta comunicação, a educação das massas de jovens e adultos analfabetos ou pouco escolarizados – sempre foi muito mais uma preocupação de *quem a propõe* do que daqueles *a quem é dirigida*. Sob essa perspectiva, o estudo da educação popular deve começar pela identificação das orientações e dos objetivos das instituições e dos grupos que, no âmbito do Estado, das igrejas, de partidos ou de outras associações, propõem-se levar a educação às massas iletradas. Como procurarei indicar em seguida, essa investigação sempre acaba apontando para instituições ou setores da coletividade mais ou menos diretamente identificados com um projeto de construção da sociedade no futuro. Este projeto, por sua vez, pode ser mais ou menos claro, pode definir-se pela adesão à preservação de uma ordem social já estabelecida ou pela intenção de recriá-la, pela reforma ou mesmo pela revolução. A educação popular, nestes termos, será sempre instrumental, responderá em todos os casos à intenção de formar agentes comprometidos com a manutenção da ordem social vigente ou com a reconstrução dessa ordem social no futuro. Ainda sob esse ponto de vista, parece claro que esta educação popular é pensada, por quem a propõe, como necessária, no limite, a todos os membros da sociedade. É preciso estendê-la a todos, para que todos, solidariamente, atuem na construção daquele projeto de sociedade defendido pelos patronos da educação popular. Como é próprio aos tipos ideais na investigação do social, esta construção ideal de um conceito da educação popular poderá não encontrar plena correspondência no funcionamento real em todos os processos educativos da espécie. Parece-me, porém, que pode contribuir para uma formulação mais precisa de questões fundamentais no estudo da educação do povo.

É possível avaliar a pertinência dessas proposições já nas admiráveis análises de

Fernando de Azevedo a propósito da ação educacional dos padres jesuítas. Mas esse exame apresenta maior interesse quando considera os movimentos educacionais que marcaram a educação popular, no Brasil, nos primeiros anos da década de 1960: a educação popular empreendida pelo Movimento de Cultura Popular (MCP) do Recife, sobretudo a partir de 1962; a Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler, em Natal, no Rio Grande do Norte, nesse mesmo período; o Movimento de Educação de Base (MEB), promovido pela CNBB, em convênio com o Governo da União, a partir de 1961; e um pouco mais tarde, o Programa Nacional de Alfabetização, projetado pelo governo da União mediante o emprego do método de Paulo Freire. Um contraponto de grande interesse para essa investigação aparece na Campanha Nacional de Alfabetização de Cuba, em 1961.

* * *

Considerando o tempo disponível para esta comunicação, procurarei focalizar principalmente a Campanha Nacional de Alfabetização de Cuba e os trabalhos de educação popular realizados no âmbito do MCP do Recife. Se houver tempo, estenderei as observações também ao método de Paulo Freire.

A vocação educativa da Revolução Cubana acompanha o movimento revolucionário desde suas origens. Nas palavras de um Vice-Ministro da Educação do governo cubano, os trabalhos de educação das massas haviam começado ainda na Sierra Maestra, na Sierra Cristal e em Escambray, com a alfabetização de camponeses e crianças das zonas libertadas. Logo após o triunfo da Revolução, a Direção de Cultura do Exército criou uma Comissão de Alfabetização e desencadeou “uma luta ativa e tenaz contra o analfabetismo” (Pérez, 1986, p. 11).

Imediatamente após a II Conferência Mundial de Educação de Adultos realizada em Montreal, em 1960, Fidel Castro anunciou, na Assembléia Geral das Nações Unidas, que Cuba eliminaria o analfabetismo no ano seguinte, em 1961, o Ano da Educação (Pérez, 1986, p. 17). A erradicação total do analfabetismo, proposta para a Campanha Nacional de Alfabetização programada para 1961, era uma das metas mais ambiciosas do Governo Revolucionário. O autor observa que os resultados da Campanha foram notáveis:

antes de 1959, a educação de adultos reduzia-se a 304 escolas noturnas em toda a ilha, atendidas por 1.369 professores, com matrícula geral de 27.965 alunos. O censo de 1953 registrara um total de [...] “1.032.849 analfabetos, ou cerca de 23% da população” [...] Após o encerramento da Campanha, em 22 de dezembro de 1961, o informe estatístico apresentava a cifra de 707.212 pessoas adultas alfabetizadas, com a conseqüente redução do índice de analfabetismo a 3,9% da população total (Pérez, 1986, p. 15 e 20).

Frutos do “trabalho coletivo de assessores e técnicos”, a cartilha *Vencemos* (Cuba, 1961b) e o manual do alfabetizador *Alfabetecemos* (Cuba, 1961a) orientaram as atividades de ensino da leitura e da escrita. Sob a condução de educadores e professores arregimentados pela campanha e apoiados em intenso movimento de propaganda organizada na imprensa, no rádio e na televisão, “os conselhos nacional, provinciais e municipais de alfabetização realizaram o censo dos analfabetos e recrutaram entre os setores letrados o exército de alfabetizadores populares” (p. 18). Reflexo do entusiasmo despertado pela Revolução Cubana entre os movimentos de esquerda nos países do continente, “professores uruguaios, panamenhos, argentinos, brasileiros, chilenos e de outros países latino-americanos se incorporaram solidários, cartilha na mão, como soldados da grande batalha” (Cuba, 1961a, p. 19).

A cartilha e o manual do alfabetizador descreviam perfeitamente a orientação dos trabalhos e os objetivos buscados pela campanha.

O manual do alfabetizador apresentava aos educadores os “Temas de orientação revolucionária”. Eram 24, sobre os seguintes itens:

1. A Revolução; 2. Fidel é o nosso líder; 3. A terra é nossa; 4. As cooperativas; 5. O direito à habitação; 6. Cuba tinha riquezas e era pobre; 7. A nacionalização; 8. A industrialização; 9. A Revolução converte quartéis em escolas; 10. A discriminação; 11. Amigos e inimigos; 12. O imperialismo; 13. O comércio internacional; 14. A guerra e a paz; 15. A unidade internacional; 16. A democracia; 17. Operários e camponeses; 18. O povo unido e alerta;

19. A liberdade de cultos; 20. A saúde; 21. A recreação popular; 22. A alfabetização; 23. A Revolução ganha todas as batalhas; 24. A declaração de Havana (Cuba, 1961a, p. 7).

Cada um dos temas era examinado num texto sucinto e didático. O tema das cooperativas, por exemplo, era introduzido por uma citação de Fidel Castro: “Em Cuba, os latifúndios já desapareceram para dar lugar às cooperativas” (Cuba, 1961a, p. 29). Aprendia-se que, antes da Revolução, nem todos os habitantes do campo podiam cultivar terras próprias ou alheias, mesmo quando tivessem que pagar pelo seu uso. Muitos eram forçados a trabalhar no corte da cana, na colheita do arroz ou do café em troca de um salário miserável, esporádico. Eram operários agrícolas, desocupados a maior parte do ano, vivendo em condições miseráveis.

O que fazer com estes operários agrícolas?

“O Governo Revolucionário instalou-os nas terras expropriadas aos latifundiários e criou ali as cooperativas de produção.” Em seguida, o texto expunha as vantagens do trabalho nas cooperativas: introdução de métodos modernos de cultura, utilização de máquinas e tratores, irrigação, construção de habitações cômodas e higiênicas, escolas, consultórios médicos, etc. Havia diversos tipos possíveis de cooperativas: canavieiras, agropecuárias, extrativas, pesqueiras, etc. Havia também as cooperativas de consumo, como as vendas do povo.

As cooperativas tinham eliminado a exploração do trabalhador pelos proprietários e pelos intermediários. Possibilitavam o aumento da produção agrícola, melhoravam as condições de vida dos camponeses e eliminavam para sempre a exploração do trabalhador camponês.

Todos os outros temas eram apresentados dessa mesma forma. Uma citação de Fidel, de Nuñez Jimenez, de Raul Castro, de José Martí introduzia um texto sucinto com os elementos centrais da questão focalizada.

Todos esses temas seriam trabalhados pelos alfabetizadores nas 14 lições da cartilha *Venceremos!*, conforme a seguinte relação de correspondência definida no manual (Cuba, 1961b, p. 8):

Lições da cartilha	Temas do manual
OEA	Tema 15: A unidade internacional
INRA	Tema 3: A terra é nossa
As cooperativas da reforma agrária	Tema 4: As cooperativas
A terra	Temas 1 e 3: A revolução e A terra é nossa
Os pescadores cubanos	Tema 4: As cooperativas
A venda do povo	Tema 4: As cooperativas
Cada cubano dono de sua casa	Tema 5: O direito à habitação
Um povo sadio em uma Cuba livre	Tema 20: A saúde
O INIT	Tema 21: A recreação popular
As milícias	Tema 18: O povo unido e alerta
A Revolução ganha todas as batalhas	Temas 1, 2 e 23: A Revolução, Fidel é nosso líder e A Revolução ganha todas as batalhas
O povo trabalha	Temas 8 e 18: A industrialização e Operários e camponeses
Cuba não está só	Temas 15 e 23: A unidade internacional e A Revolução ganha todas as batalhas
Já chegou o Ano da Educação	Temas 9 e 22: A Revolução converte quartéis em escolas e A alfabetização

Fonte: CUBA. Gobierno Revolucionario. Comisión Nacional de Alfabetización. *Venceremos*. Cuba: Imprenta Nacional, 1961.

As lições da cartilha eram introduzidas por uma fotografia associada aos temas examinados: a primeira, sobre a OEA, retratava uma reunião da assembléia dos Estados Americanos; a segunda, sobre o Instituto Nacional da Reforma Agrária (Inra), era introduzida pela fotografia de um trabalhador conduzindo um trator numa área de produção rural. O mesmo esquema estendia-se às lições subseqüentes. Os conteúdos eram associados às mudanças que estariam sendo introduzidas nas condições de existência da população e às necessidades de afirmação e defesa do processo revolucionário.

Os objetivos da Campanha Nacional de Alfabetização eram explicitamente declarados no manual do alfabetizador. No Ano da Educação, com a erradicação do analfabetismo, o governo cubano propunha-se “incorporar uma quase terça parte da população à compreensão do processo revolucionário e de sua rápida evolução, assim como incrementar a produção por meio de uma maior capacitação cultural e técnica” (Cuba, 1961a, p. 5).

* * *

O Livro de leitura para adultos (Godoy, 1963) foi conhecido na época como “a cartilha do MCP”. Em entrevista concedida ao jornal *O Metropolitano*, em outubro de 1962, Anísio Teixeira afirmava que,

[...] livro efetivamente ensina a ler como se iniciasse o analfabeto nordestino na sua própria vida. As palavras, as sentenças, as frases são as que fatalmente ocorreriam ao próprio analfabeto se fosse ele próprio que escrevesse sua cartilha. [...] Aprender a ler deve ser uma simples transposição de sua atual linguagem oral para a linguagem escrita. É isto que realiza, de forma sem precedentes, o Livro de leitura do Movimento de Cultura Popular, de Recife, de autoria das professoras Josina Maria Lopes de Godoy e Norma Porto Carreiro Coelho. Além disso as autoras conseguiram dar-lhe um sentido cívico que raia pelo lirismo. As privações, as esperanças e os direitos do brasileiro tecem e entrecem aquelas frases lineares e singelas e fazem do aprender a ler uma introdução à liberdade e ao orgulho de viver.

O *Livro de leitura para adultos* era bem mais extenso do que a cartilha *Venceremos!* Continha 77 lições, também apresentadas por uma fotografia ou gravura intimamente associadas aos seus conteúdos. Em estudo anterior (Beisiegel, 1982, p. 131-136), procurei mapear possibilidades de associações entre conteúdos e mensagens transmitidas pelas lições:

Seqüência 1:

Lições dedicadas à consolidação da idéia de “povo” e à qualificação de suas difíceis condições de vida:

1. Povo; 2. Pão, saúde, vida; 3. O pão dá vida e saúde ao povo; 11. Casa, mocambo; 17; O Recife tem muito alagado, a casa do povo do alagado é o mocambo; 19. A ceia do povo é só café com pão: lição 20. O pão mata a fome do povo; 21. O alagado tem lama e lodo; 23; A casa do povo do alagado do Recife é o mocambo; 24. O Recife tem muito alagado, o povo sem casa vive no mocambo; 27. O siri é tirado da lama do rio: 42. Muitos chefes de família pescam siri nos mangues, para seus meninos poderem comer; 43. Muitos moram nos mangues, porque não podem pagar o aluguel.

Seqüência 2:

Lições dedicadas à consolidação da idéia do voto e da organização sindical e política como instrumentos de luta do povo pela melhoria de suas condições de vida:

1.Voto; o voto é do povo; 4. Eu voto; 5. O povo pode; 19. Com o voto o povo decide a vida da sociedade; 26. Os operários estudam, votam e lutam; 27. O camponês pede um arado, com a carestia de vida, um bom salário é a defesa da família do operário; 29. Em um plebiscito o povo dá sua decisão; 33. A arma do cidadão é o voto; 35. O sertanejo vive no sertão: sua vida é árdua. Seu voto deve servir para mudar sua sorte; 46. Agora o camponês luta por seu sindicato, o sindicato defende o camponês; 47. Na seca do sertão até o açude seca, o sertanejo pede a ação do governo; 50. O homem do nordeste pede justiça; 51. Hoje como ontem os homens lutam em defesa de seus direitos.

Seqüência 3:

Lições dedicadas ao exame das possibilidades de atuação política do povo:

61. Eu escolho, o povo escolhe seus representantes na Câmara e no Senado; no regime presidencialista, o povo escolhe também o presidente; 69. Num plebiscito o povo pode optar por qualquer forma de governo; 70. A fraqueza do homem está no seu isolamento; sindicalismo e cooperativismo, armas contra a fraqueza do homem isolado; 74. Como são escolhidas essas autoridades? Os juizes, por concurso. Os demais, representantes do povo, são escolhidos direta ou indiretamente pelo voto dos eleitores homens e mulheres maiores de 18 anos.

Seqüência 4:

10. Deputado; 21. Político; o lema da luta de um bom político é a defesa da lei; a boa lei é pelo bem comum; 24. O deputado falou ao povo no comício; um bom político fica ao lado do povo; 33. O deputado deve defender o interesse do povo; 35. O vereador deve votar, na Câmara, as verbas para o povo; 37. Um bom governo pode levar o povo a se unir em torno de uma atividade benéfica para todos; 43. O bom líder defende os direitos do povo; 48. Em uma eleição deve ganhar o candidato com uma linha de conduta reconhecidamente de defesa dos direitos do povo; 52. Com soluções justas para o campo não haverá mais flagelados; um governo nacionalista leva o progresso ao campo; 55. A popularidade do líder deve depender de seu interesse pelas necessidades do grupo e da pessoa humana; 72. É preciso atender ao clamor do povo; as classes pobres reclamam seu direito de viver; 75. O bem público deve ser o objetivo dos bons governos.

Seqüência 5:

25. O operário vai à escola? Sim, ele vai à escola do MCP; a escola do MCP é do povo; 42. O MCP é uma resposta. Resposta ao desafio do analfabetismo. Acabando-se com o analfabetismo, eleva-se o nível da cultura popular; 47. O MCP luta pela educação do povo; 54. O MCP congrega homens de todas as raças, de todas as opiniões, de todas as religiões, para um fim comum: a elevação do nível cultural do povo; 64. O MCP leva o teatro ao povo. Um teatro verdadeiramente popular concorre para a emancipação do povo; [...]

Seqüência 6:

41. A cidade do Recife é cheia de mangue. Vejam a draga à beira do Rio Capibaribe. Essa draga é da municipalidade. Com a

sua ajuda, o mangue se torna chão firme e alarga a rua. O governo do Município ajuda a recuperar os mangues do Recife.; 53. O progresso de uma cidade resulta do programa cumprido pela Prefeitura Municipal, com a colaboração de seus habitantes; [...]

Seqüência 7:

22. Legalidade; a defesa da legalidade liga todo o povo; 52. Um governo nacionalista leva o progresso ao campo; somente um Congresso nacionalista [...] com homens interessados no bem-estar social do povo, poderá votar reformas básicas, garantindo o progresso da Nação; 60. A Petrobrás é outra empresa estatal, atuando em todo o País. O político nacionalista não trai a confiança do povo: defende o monopólio estatal do petróleo. A Petrobrás é intocável; 68. É preciso que se forme, no Brasil, uma ampla frente, congregando todos que trabalham para suprimir as causas da miséria do povo brasileiro. [...]; 69. O povo brasileiro está na expectativa de soluções que ataquem as causas de seu subdesenvolvimento. [...]; 77. O Nordeste só terá paz quando a raiz de seus males for atacada. Quando a reforma agrária assegurar ao camponês: terras, máquinas, orientação técnica, crédito, mercado, educação e saúde. Quando o comércio, organizado dentro do espírito cooperativista, valorizar ao máximo a renda do produtor [...]. Quando a implantação de fábricas permitir a industrialização de nossas matérias-primas, na própria região [...].

Além da inegável associação de conceitos e temas arrolados no interior de cada uma destas seqüências, havia também uma nítida associação entre as diversas seqüências. Nas lições incluídas na primeira, a atenção dos educandos era orientada para o exame das dificuldades da existência popular. Na seqüência seguinte, examinavam-se os recursos disponíveis para uma ação popular eficaz em defesa de melhores condições de vida. A ação pelo voto, desde que orientada, tendo em vista a escolha de governantes identificados com as necessidades do povo, era então privilegiada, enfatizando-se também a importância da união dos trabalhadores em sindicatos, urbanos e rurais, e em cooperativas. Em seguida, examinavam-se as características do bom político e do bom governo, comprometidos com o bom combate em favor da emancipação popular. Depois, era possível

verificar que o MCP atuava em várias frentes – na educação, no teatro, nas artes em geral –, exatamente com a intenção de promover a melhoria das condições de existência do povo. Nas demais seqüências, possibilitava-se, afinal, a conjugação entre as dificuldades da vida popular, as virtualidades emancipadoras do voto, as características do bom agente político, a atividade então desenvolvida pelo MCP e a atuação da Prefeitura Municipal do Recife. Por último, na seqüência final, encaminhavam-se as atenções para o exame das principais bandeiras de luta do projeto político da frente ampla do Recife: “o nacionalismo; a promoção popular; as reformas de base, entre elas a reforma agrária; a ação popular pacífica em prol da construção de uma sociedade mais justa.” (Beisiegel, 1982, p. 136).

* * *

Havia semelhanças e diferenças notáveis entre as cartilhas de Cuba e do MCP.

As semelhanças começavam na apresentação das lições, sempre introduzidas por fotografias ou gravuras diretamente relacionadas aos assuntos trabalhados. Em ambas, as lições eram elaboradas a partir de situações fundadas nas condições da existência local. Em Cuba, todas elas remetiam, ao mesmo tempo, para temas vitais sob a perspectiva do processo revolucionário e para questões relevantes na definição das condições de vida da população. Nas palavras de Giambiagi,

[...] na elaboração da cartilha de alfabetização foram valorizadas tanto as características psicossociais do analfabeto cubano quanto os aspectos político-ideológicos de sua realidade (já foi visto anteriormente que a conscientização fazia parte do processo de alfabetização). Em 1960 havia sido realizada uma pesquisa do universo vocabular dos analfabetos, visando a futura elaboração da cartilha.

A autora afirma ainda que “foi utilizado o método analítico composto, baseado na graduação das dificuldades e na repetição” (Giambiagi, 1961, p. 74). Moacyr de Góes (1961) registra a semelhança da metodologia utilizada nas cartilhas de Cuba, Recife e Natal.

Entre as diferenças, a maior surgia na relação entre a educação popular e o processo de transformação da sociedade. Em

Cuba, a educação vinculava-se a uma Revolução que já havia ocorrido. A alfabetização de adultos e sua continuidade na pós-alfabetização eram parte de um processo educacional mais amplo de todos os habitantes. A Revolução propunha-se a integrar essa parcela significativa da população no processo de consolidação e desenvolvimento do movimento revolucionário.

No Recife, os objetivos da alfabetização eram diversos. Aqui, tratava-se de educar jovens e adultos analfabetos para associá-los a um projeto de transformação pacífica da sociedade. O voto era do povo. Um pouco mais tarde, já em Angicos, os universitários envolvidos na prática do método de alfabetização de Paulo Freire afirmariam que o voto era a arma do povo. Considerada como parte de um conjunto de movimentos de educação popular então empreendidos, a alfabetização realizada pelo MCP podia perfeitamente descrever-se nas palavras de Herbert José de Souza, agora a propósito do Programa Nacional de Alfabetização, que seria empreendido mediante o emprego do método Paulo Freire de alfabetização:

[...] uma das grandes tarefas do Ministério da Educação era fazer a campanha nacional de alfabetização e a meta era alfabetizar um milhão de pessoas em um ano. A entrada de milhares de eleitores do interior e alfabetizados pelo método de Paulo Freire era tida como um dado que poderia alterar toda a correlação de forças entre os partidos [...]. A sensação era de um país em movimento. Sua luta de classes e sua luta política davam a sensação de que algo era possível fazer, que um processo revolucionário estava em curso. Estou convencido de que até 1963 um processo revolucionário era possível no Brasil. Possivelmente não o socialismo. Mas uma democracia avançada era possível. E um desenvolvimento econômico mais nacionalista (Beisiegel, 1982, p. 236).

As campanhas previam a continuidade do processo iniciado com a alfabetização. A pós-alfabetização foi cuidadosamente desenvolvida na Campanha de Alfabetização de Cuba. No Brasil, as campanhas programaram trabalhos de pós-alfabetização. Mas as atividades ficaram quase exclusivamente limitadas às primeiras etapas da alfabetização. Há explicações para isso. Em primeiro lugar, a Revolução de 1964 extinguiu os programas antes de poderem

desenvolver-se plenamente. E, por outro lado, na época, entendia-se que era urgente promover o envolvimento das massas analfabetas no processo político. Questionado sobre a oposição entre uma alfabetização mais rápida para o maior número possível e uma educação de melhor qualidade para um número mais limitado, o próprio Paulo Freire chegou a justificar a prioridade então atribuída às dimensões quantitativas na campanha de alfabetização. Privilegiava-se, então, a inserção do maior número possível de jovens e adultos no processo de reconstrução da sociedade.

As campanhas ora examinadas, em Cuba, em 1961, e no Brasil, no Recife, a partir de 1962, não obstante as diferenças já assinaladas, eram fundamentalmente semelhantes na medida em que a educação popular então realizada era comprometida com um projeto de reconstrução da sociedade.

* * *

A educação de jovens e adultos no Brasil, na atualidade, realiza-se em condições bem diferentes.

A dissolução da União Soviética e a falência do socialismo real são capítulos simbólicos expressivos de um mundo que já não vinha favorecendo a construção de utopias. Na contramão de um mundo que retomava a lógica implacável do “mercado”, a Constituição de 1988 afirmou e ampliou direitos sociais da cidadania.

Radicalizando as orientações fixadas na Constituição para a educação fundamental, a partir de 1991, ao mesmo tempo em que estendia o ensino obrigatório a todos os habitantes, crianças, jovens e adultos, a União desembarcou formalmente de suas atribuições na educação de jovens e adultos analfabetos ou pouco escolarizados (Beisiegel, 19??). No plano formal, essas atribuições cabiam aos Estados e aos municípios. Mas, com relativamente poucas exceções, Estados e municípios não assumiram suas atribuições na educação fundamental de jovens e adultos. Durante alguns anos, o ensino de adultos ficou limitado a iniciativas locais de um número relativamente pequeno de Estados e municípios – muitos, é importante assinalar, com notáveis realizações na qualidade e na abrangência dos trabalhos realizados. Alguns movimentos e organizações não-governamentais também enriqueceram a história da educação popular nesse período.

A União só voltaria a atuar na educação de jovens e adultos analfabetos a partir de 1997, com o início de atividades do Programa de Alfabetização Solidária. Financiado em cerca de metade dos investimentos pelo orçamento do Ministério da Educação, o programa apresentava-se como produto de um esforço de construção de parcerias entre o poder público e a sociedade. Atendia prioritariamente aos municípios com maiores índices de analfabetismo no Norte e no Nordeste. A partir de 1999, estendeu-se também aos grandes centros urbanos, prevendo já nesse ano a matrícula de cerca de 10 mil alunos em São Paulo e outros 10 mil no Rio de Janeiro. A alfabetização realizava-se em módulos de seis meses e era entendida como um ponto de partida num processo educativo que deveria ter continuidade nos cursos do ensino supletivo. O Programa de Alfabetização Solidária foi objeto de críticas de grande parte dos educadores envolvidos com a educação popular. Criticou-se a inserção da educação de jovens e adultos num setor do governo da União caracterizado pela atuação assistencialista. Os jovens e adultos pouco escolarizados estariam sendo tratados como uma questão emergencial, quando, na verdade, seriam expressões duradouras da qualidade de vida das populações pobres e das precárias condições de funcionamento dos sistemas de ensino. Ao contrário desta orientação assistencialista, impunha-se entender a educação de jovens e adultos como obrigação indeclinável dos sistemas de ensino da União, dos Estados e dos municípios. Criticou-se, também, a limitação dos trabalhos aos municípios de maiores índices de analfabetismo no Norte e no Nordeste e a algumas regiões metropolitanas. Afinal, os jovens e adultos dos demais municípios também estariam recobertos pela garantia constitucional de acesso ao ensino fundamental.

Por mais adequadas que fossem essas críticas, era preciso reconhecer que o Programa havia recolocado a educação de jovens e adultos na agenda da União. Era importante observar que havia obtido êxito no envolvimento de um grande número de universidades e outras instituições de ensino superior nos trabalhos de alfabetização. Não era razoável desconsiderar que a insistência na necessidade de continuidade dos estudos iniciados nos módulos de alfabetização pressionava os municípios e os

Estados a investirem na expansão do ensino supletivo (Beisiegel, 2003).

Finalmente, em 2003, o Ministério da Educação reafirmou, com clareza, as responsabilidades da União na educação de jovens e adultos. Afirmar, a propósito da prioridade então atribuída à completa eliminação do analfabetismo até o final do governo, que aquelas declarações iniciais eram exageradas; não era viável acabar com o analfabetismo no País a curto e a médio prazos. Mas, entendidas em seu significado simbólico, as afirmações do Ministro traduziam a inteira percepção da educação fundamental de todos os brasileiros, crianças, jovens e adultos, como um direito da cidadania.

A melhor leitura do compromisso então assumido estava nesse campo de significações. A alfabetização de todos é objetivo a ser conquistado, mas, na melhor leitura das afirmações do Ministro, sem desrespeito a outras conquistas da educação popular nas últimas décadas. A mera alfabetização já não é aceitável. Enquanto um novo projeto mais satisfatório de futuro não puder ser construído a partir dos escombros produzidos pelas exigências do processo de inserção do País na economia mundializada, é preciso assegurar, pelo menos, uma educação que realmente ajude os educandos na plena afirmação dos direitos da cidadania. Os projetos que parecem emergir da análise dos programas de educação popular praticados na atualidade, com poucas exceções, apontam exatamente para uma vida social marcada pelo respeito aos direitos da cidadania. Mas projetos dessa natureza, na atual conjuntura, são inevitavelmente contraditórios. As altas taxas de desemprego continuam confrontando as possibilidades de acesso ao trabalho, afinal, um dos direitos fundamentais da cidadania. Os trabalhadores que mantêm o emprego, por sua vez, defrontam-se com referências insistentes sobre a urgência da reformulação da legislação trabalhista.

Parece-me que, no momento, são esses os principais desafios à política de educação de jovens e adultos analfabetos ou pouco escolarizados. Na ausência de viabilidade de projetos de futuro mais generosos, impõe-se à educação popular, entre outras virtualidades a serem examinadas, pelo menos o diagnóstico de suas relações com as possibilidades da obtenção do trabalho e com a defesa de direitos duramente conquistados ao longo das últimas décadas.

Referências bibliográficas

BEISIEGEL, C. R. *Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil*. São Paulo: Ática, 1982.

_____. A educação de jovens e adultos analfabetos no Brasil. *Alfabetização e Cidadania*, São Paulo, n. 16, jul. 2003.

_____. *Considerações a propósito da política da União para a educação de 21*. [19--]

CUBA. Gobierno Revolucionario. Comisión Nacional de Alfabetización. *Alfabetícemos – Manual para el Alfabetizador*. Cuba: Imprenta Nacional, 1961a.

_____. *Venceremos*. Cuba: Imprenta Nacional, 1961b.

GIAMBIAGI, I. Algumas considerações sobre a Campanha Nacional de Alfabetização realizada em Cuba em 1961. *Contexto & Educação*, Ijuí, v. 9, n. 39, 1961.

GODOY, J. M. L.; COELHO, N. P. C. *Livro de leituras para adultos*. 2. ed. Recife: Movimento de Cultura Popular, 1963.

GÓES, Moacyr. Cuba-Recife-Natal: ou o sonho de três cartilhas de alfabetização para mudar o mundo. *Contexto & Educação*, Ijuí, v. 9, n. 39, p. 45-64, 1961.

PÉREZ, R. F. *Educação de adultos em Cuba*. São Paulo: Summus Ed., 1986.

TEIXEIRA, A. *O metropolitano*. Rio de Janeiro, 17 out. 1962.

Celso de Rui Beisiegel, doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), é professor titular de Sociologia da Educação da Faculdade de Educação dessa Universidade. beisiegel@usp.br

Abstract

In this paper the main objects of a research about popular education in Brazil are dealt with. In the research popular education is examined as the result of objects and orientations of groups and institutions whose purpose is to expand it to the illiterate masses. The research would point to institutions or sectors of the society directly identified with the project of building it for the future. Popular education thus formulated would always be instrumental and committed with the formation of agents for the construction of a certain project of society. Starting from this point of view it is briefly examined two exemplary popular education movements: Campanha Nacional de Alfabetização de Cuba, in 1961, and Movimento de Cultura Popular (MCP) in the Recife, beginning in 1962. As a conclusion some orientations of the research for the popular education movements, in Brazil, after the 1988 Constitution, are indicated.

Keywords: popular education; youth and adult education; politics and education

Recebido em 2 de fevereiro de 2004.

Aprovado em 18 de março de 2004.